LEI N. 63

Approva o Convenio Caféeiro assignado em 18 de julho do corrente anno, na Capital Federal, pelos representantes dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goyaz, e dá outras providencias

A Assembléa Legislativa do Estado de Minas Geraes decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica approvedo o Convenio assignado em 18 de julho do corrente anno, na Capital Federal, pelos representantes dos Estados de São Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goyaz, que acompanha a presente lei:

Art. 2.º Fica creado, até 31 de dezembro de 1937, "Ad referendum" do Senado Federal, o imposto sobre sacca de café exportada, previsto na clausula terceira do Convenio.

Paragrapho unico. Sua arrecadação se fará pela forma estabelecida na clausula quarta, e juntamente com a do mesmo imposto creado pelos demais signatarios do Convenio, logo que se effective a redução na taxa de 10 *shillings*, mediante os accordos autorizados na mesma clausula terceira e depois de concedida pelo Senado Federal a autorização de que trata o art. 3.º, § 3.º, da Constituição Federal.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão exactamente como nella se contém.

Dado no Palacio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 29 de dezembro de 1935.

BENEDICTO VALLADARES RIBEIRO

Ovidio Xavier de Abreu

CONVENIO DOS ESTADOS CAFFEEIROS

(Iniciado a 11 de julho de 1935 e terminado a 18 de julho de 1935)

Attendendo a convocação feita pelo sr. Ministro da Fazenda em nome do sr. Presidente da Republica aos Governos dos Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Espi-

rito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goyaz, reuniram-se na séde do Departamento Nacional do Café, as respectivas delegações constituídas pelos seguintes representantes:

Estado de S. Paulo:

Sr. Numa de Oliveira
Dr. Cesario Coimbra (lavoura)
Dr. Antonio Teixeira de Assumpção Netto (Com.)

Estado de Minas Geraes:

Dr. Ovidio de Abreu (Secretario das Finanças)
Dr. Orlando Barbosa Flores (lavoura)
Sr. José Adriano de Mesquita Telles (com.)

Estado do Espirito Santo:

Dr. Carlos Lindemberg (Secretario das Finanças)
Sr. Hildebrando Silva (lavoura)
Sr. Josué Prado (commercio).

Estado do Rio de Janeiro:

Dr. Raul Quaresma de Moura — (Secretario das Finanças).
Dr. Fernando de Barros Franco (lavoura)
Sr. Ernesto Machado (commercio).

Estado do Paraná:

Dr. Othon Mader — (Secretario de Fazenda)
Major Antonio Barbosa Ferraz Junior (lavoura)
Dr. João de Oliveira Franco — (commercio).

Estado da Bahia:

Deputado Clemente Mariani Bittencourt

Estado de Pernambuco:

Deputado Edgard Teixeira Leite
Dr. Francisco dos Santos Figueira (lavoura)
Dr. Adolpho Cardoso Ayres (commercio).

Estado de Goyaz:

Senador Nero de Macedo
Coronel Achilles Pina (lavoura e commercio).

ACTA FINAL DOS TRABALHOS REALIZADOS

Os Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goyaz, pelos seus representantes infra assignados, reunidos em Convenio nesta Capital, sob a presidencia do exmo. sr. Ministro da Fazenda, dr. Arthur de Souza Costa, aos dezoito dias do mez de julho de mil novecentos e trinta e cinco, afim de ser estudada e determinada a forma pela qual deve proseguir, em face dos principios constitucionaes, a acção do Departamento Nacional do Café, baseada na politica mantida pelo Governo Federal de manutenção do equilibrio estatístico da producção, aperfeiçoamento constante da qualidade e sua expansão commercial, accordaram approvar as suggestões consubstanciadas nas clausulas abaixo:

PRIMEIRA

As finalidades do Departamento Nacional do Café, continuam as mesmas para as quaes foi creado o Conselho Nacional do Café. Quanto á parte relativa á melhoria da producção, por ser funcção do Ministerio da Agricultura, o Departamento Nacional do Café apenas concluirá a construcção e montagem das usinas já iniciadas.

SEGUNDA

A taxa de 5 shillings (quinze mil réis), instituida pelo Convenio de 5 de dezembro de 1931, continuará a ser cobrada pelo Departamento Nacional do Café, e applicada no serviço do emprestimo de lbs. 20.000.000. A distribuição das sobras a partir de maio será feita aos Estados de Minas Geraes, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goyaz, na proporção entre o total das taxas arrecadadas e as entradas, nos portos, do café de producção de cada um desses Estados, a cuja disposição serão postas, mensalmente, as partes que lhes couberem, devendo dita distribuição corresponder exactamente á importancia da taxa arrecadada sobre os cafés dos referidos Estados.

O saldo, porventura verificado, depois de realizados o serviço normal do emprestimo e as restituções aos Estados acima referidos, será creditado á conta do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, vinculado ao serviço do emprestimo, e se destinará a amortizações anticipadas do mesmo, logo que sejam realizaveis.

TERCEIRA

Os Estados Caféeiros autorizam o Departamento Nacional do Café a entrar em accordo com o Banco do Brasil e com a União, no sentido de ser reduzido ao minimo o serviço dos respectivos creditos, reduzindo-se tambem, equivalentemente, a taxa de 10 shillings destinados a esse fim.

Uma vez realizado esse accordo e concedida pelo Senado Federal, caso se torne necessario, a autorização a que se refere o art. 8.º, do § 3.º, da Constituição da Republica, os Estados Caféeiros se compromettem a crear sobre sacca de café exportada, um imposto de exportação correspondente exactamente á diferença entre a taxa destinada aos serviços dos creditos do Banco do Brasil e da União, após a redução referida na clausula anterior, e o valor de 30\$000.

QUARTA

Os Estados Caféeiros delegarão ao Departamento Nacional do Café, durante o prazo do Convenio, a cobrança do imposto mencionado na clausula terceira e cujo producto será destinado á realizção dos fins attribuidos ao mesmo Departamento.

QUINTA

Emquanto não fôr executado o que se estipula, nas clausulas terceira e quarta, continuará a ser cobrada a taxa de dez shillings (trinta mil réis), como até agora, destinando-se o producto da cobrança á amortização das obrigações do Departamento Nacional do Café, de accordo com o artigo sexto, paragrapho terceiro, das Disposições Transitorias da Constituição da Republica.

SEXTA

Para o fim de ser mantido o equilibrio estatístico, o Departamento Nacional do Café adquirirá, no interior, da safra vigente, quatro milhões de saccas de café.

SETIMA

Para as retiradas do café das safras futuras comprehendidas no prazo deste Convenio, necessarias á manutenção do equilibrio estatístico, não poderá o Departamento Nacional do Café dispender importancia superior ás possibilidades da sua arrecadação, de forma a não agravar o actual passivo do Departamento Nacional do Café.

OITAVA

Todo o café adquirido pelo Departamento Nacional do Café de modo definitivo para o fim de manter o equilibrio estatístico será eliminado, salvo a parte necessaria para a propaganda, que será organizada de accordo com o plano que fôr estabelecido segundo as normas traçadas na clausula decima sexta.

Entre os processos de eliminação, fica comprehendida a applicação em fins industriaes, desde que seja possivel a prévia e completa desnaturação.

NONA

Fica prohibido, pelo prazo do presente Convenio, sob pena de multa de 5\$000 (cinco mil réis) por pé, o plantio de caféeiros em todo o territorio nacional.

DECIMA

Não serão consideradas novas plantações o replantio em talhões velhos a serem substituídos, nem tão pouco as plantações feitas em terrenos novos á parte, dentro da mesma propriedade, uma vez verificado que foram destruídos caféeiros velhos, em numero igual, mediante fiscalização do Departamento Nacional do Café.

DECIMA PRIMEIRA

Aos Estados productores de café, cujas plantações, não tenham attingido a 50.000.000 (cincoenta milhões) de caféeiros, fica reconhecido o direito de completarem esse limite, independente do pagamento da multa estipulada na clausula nona.

DECIMA SEGUNDA

Os embarques de café no interior, na safra actual, devem ser feitos á razão de 50 % de series directas e 50 % de series retidas do principio ao fim da safra, com liberação das series retidas na ordem chronologica.

DECIMA TERCEIRA

As entradas em Santos, na safra actual, serão feitas obedecendo ao seguinte criterio: 60 % do total, em cafés da safra velha e 40 % do total em cafés da safra nova incluindo-se nesta a porcentagem de cafés preferenciaes.

Decima quarta

O Departamento Nacional do Café regulará as entradas de café, tendo em vista que os stocks se mante-

ham dentro das seguintes cifras: 2.200.000 saccas para o porto de Santos; 700.000 saccas para os portos do Rio e Nicheroy; 60.000 saccas para o porto de Angra dos Reis; 300.000 saccas para o porto de Victoria; 110.000 saccas para o porto de Paranaguá; 60.000 saccas para o porto da Bahia e 50.000 saccas para o porto de Recife.

Decima quinta

As entradas serão augmentadas no correr do mez, sempre que sahidas mais elevadas o permitam para recomposição dos stocks acima referidos ou quando os preços se elevem, de modo a prejudicar a situação da produção nacional em face da concorrência dos cafés de outras procedencias; caso em que o limite dos stocks poderá ser excedido.

Decima sexta

O plano relativo á propaganda do café será traçado por uma comissão constituída por um Director do Departamento Nacional do Café e representantes dos Ministerios da Fazenda, do Trabalho e Commercio, das Relações Exteriores, da Agricultura, do Conselho Federal do Commercio Exterior e do commercio de café, especialmente designados para este fim.

DISPOSIÇÕES GERAES

Decima setima

Quanto a reorganização do Departamento Nacional do Café, foram feitas as seguintes indicações:

a) o Departamento Nacional do Café, como órgão nacional e da confiança do Governo Federal, continuará a ser administrado por uma directoria composta de 3 membros, um que será o seu presidente, de livre escolha e nomeação do Governo Federal e outros dois, também nomeados pelo Governo Federal e escolhidos dentre a classe dos cafeicultores.

Deverá ser immediatamente organizado e constituído o conselho consultivo e fiscal, com um delegado de cada um dos Estados cafeeiros que não tiverem representantes na directoria, escolhidos dentre a classe dos cafeicultores, e um commerciante de cada uma das praças de Santos, Rio, Victoria e Paranaguá, todos indicados pelo governo dos Estados e nomeados pelo Governo Federal.

Esse conselho se reunirá obrigatoriamente de 3 em 3 mezes, sendo que, de 6 em 6 mezes, para tomar co-

nhecimento do relatório dos trabalhos e da prestação de contas do Departamento Nacional do Café. Os 3 directores serão remunerados quando em exercicio de suas funções. Os membros do conselho consultivo terão apenas ajuda de custo para viagem e estadia, por occasião da prestação de seus serviços.

b) O Departamento Nacional do Café deverá continuar com a actual organização, como órgão de confiança do governo federal, superior aos interesses particulares de cada Estado.

O Conselho Consultivo, previsto no artigo 3.º do decreto n. 22.452, de 10 de fevereiro de 1933, deverá ser immediatamente organizado e constituído pelos representantes indicados pelos governos dos Estados Cafeeiros dentre os cafeicultores do seu territorio e de representantes do Commercio de Café das praças de Santos, Rio de Janeiro, Victoria e Paranaguá.

Este Conselho, se reunirá obrigatoriamente nos meses de abril e outubro de cada anno, para tomar conhecimento do Relatório dos trabalhos e da prestação de contas do Departamento Nacional do Café, e sempre que for convocado por deliberação da directoria do Departamento Nacional do Café. Mensalmente o Presidente do Café apresentará ao Ministro da Fazenda e semestralmente fará publicar o balancete de todas as suas operações.

Decima oitava

Deverá ser convocado para o mez de abril de 1937, um novo Convenio Cafeeiro.

Decima nona

As reservas devidas pelo Departamento Nacional do Café e correspondentes ás amortizações não feitas por deficiência de cambias, ou em virtude do decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, continuam sob a responsabilidade do mesmo Departamento, até que se verifique serem dispensaveis.

Vigesima

O stock de café que garante o emprestimo de 20.000.000 de libras continuará a ser eliminado pelo Departamento Nacional do Café de accordo com as liberações decorrentes das quotas semestraes de amortização.

Vigesima primetra

O presente Convenio vigorará até 31 de dezembro de 1937. Para constar, eu, Armando Pahim Neubern, servindo de secretario do Convenio, mandei transcrever para este livro a presente acta, que foi redigida pelos senhores doutor Oliveira Franco, Numa de Oliveira e deputado Edgard Teixeira Leite, membros da Commis-são de Redacção, ficando consignado que por occasião da approvação dessa acta o deputado Clemente Mariani declarou que a redacção final que procurára dar á clausula segunda, em substituição ás da clausula primeira e segunda do projecto approved na primeira sessão, foi apenas uma modificação de forma áquillo que estava anteriormente estabelecido, pois tivera em mente fixar nella a mesma essencia do que fóra primitivamente assentado.

(Seguem-se as assignaturas).

LEI N. 64

Autoriza a abertura de um credito especial de
27:630\$000 e de um credito suplementar de
1.380:000\$000.

A Assembléa Legislativa do Estado de Minas Geraes decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um credito especial de vinte e sete contos seiscentos e trinta mil réis (27:630\$000), para occorrer a pagamentos de funcionarios effectivos da Imprensa Official, nos exercicios de 1935 e 1936, a saber: 70\$000 para pagamento ao chefe de secção, Francisco Felicissimo; 65\$000 para o 1.º taxador Ulysses Cruz; 65\$000 para o ajudante do serviço nocturno, João dos Santos Jordão, referente a addicionaes que deixaram de ser pagos no exercicio de 1935; 270\$000 para pagamento de vencimentos á passadora de bilhetes, d. Ernestina Avelino dos Santos, no periodo de 16 de novembro a 31 de dezembro do corrente anno; 3:000\$000 para pagamento á artifice de 1.ª classe, Maria Justiniana; 2:160\$000 para a passadora de bilhetes, d. Ernestina Avelino dos Santos; . . 14:400\$000 para o ajudante tecnico, José Marques Rosa, e 6:600\$00, para o linotypista obreiro de 2.ª classe, João Paulo de Freitas, no periodo de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1936.